



METROPOLE

SSA-BA

10 FEV 2022

A Lei Rosenberg



WWW.METRO1.COM>BR

Proposta pelo deputado petista Rosenberg Pinto, lei aprovada na AL-BA retira responsabilização de políticos na gestão de recursos públicos municipais; texto é considerado retrocesso e inconstitucional. *Págs. 4 e 5*



Santo Antônio is The New Brega

James Martins

Quando eu era pequeno, gostava de ir ao Santo Antônio Além do Carmo, com meu pai, minha mãe e Carol, minha irmã. Íamos comer um tira-gosto vendido como novidade, carne de sol com pirão de aipim, e ouvir música ao vivo, voz-e-violão, no bar R'Canto do Pascoal, atendidos pelo eficiente garçom Tarefa. Chato, eu já reclamava dos covers de João Bosco que maltratavam harmonia e canto originais. Mas adorava aquele clima, o casario, a brisa, o bate papo. Isto é para dizer que conheci o bairro como local de passeio, de tradição boêmia, festiva. Portanto, quando me mudei para lá, para cá, não vim desavisado. A verdade é que, oriundo da populosa Liberdade, até gosto de ver o Santo Antônio movimentado, cheio de gente. A questão é que, nesse tempo todo que o frequento e habito, nunca vi tanta muvuca, tanta desordem nas ruas seculares. “O Santo Antônio is the new brega”, penso toda vez que boto a cabeça pra fora da janela e vejo aquele bololô louco ali embaixo, com direito a som alto, excesso de mesas, ambulantes desordenados e gente mijando nas portas alheias enquanto

grita “Fora, Bolsonaro”.

A situação cresceu tanto que extrapolou as pautas das reuniões de moradores e chegou até o noticiário. Por causa disso, às vezes alguém me pergunta o que eu acho. Já opinei em matéria escrita, agora tento aprofundar um pouco aqui. Não apenas por ser diretamente interessado no assunto, mas também porque o bairro, no coração do centro histórico, merece de fato deferência, pois seu bem ou mal-estar afeta toda a cidade. O caso é que o problema nasce de um aspecto positivo, ou seja, o crescente interesse da classe-média e da juventude pelo Santo Antônio. Repito: gosto de ver os bares movimentados, e mesmo da instalação de novos estabelecimentos. O que não se pode perder de vista no processo é que estamos em um bairro residencial, com idosos, crianças e trabalhadores cansados e que precisam desfrutar o sossego de um lar. Assim, nem a já citada tradição boêmia deve justificar que regras simples de urbanidade simples sejam descumpridas, como a Lei do Silêncio, por exemplo.

Outro ponto a ser discutido é a natureza do interesse repentino de todos

os instagrameiros pelo Santo Antônio (que eles só chamam de Carmo). Superficial como é, típica onda pós-novela da Globo, o boom tem um lado perigoso. Há exemplos históricos que mostram que depois da bonança vem a desertificação. O Pelourinho está lá de prova. Destituído em seu aspecto comunitário, perdeu também interesse dos, digamos assim, turistas. A saúde de um bairro, mesmo que este tenha em sua natureza receber muitas visitas, depende de intimidade e envolvimento. O que também implica o caráter dos estabelecimentos que ali se instalem — não podem ser meros forasteiros do comércio. Aliás, onde está a prefeitura quando um grupo uniformizado sai não sei de onde, acompanhado de charanga e faz um carnaval particular na Cruz do Pascoal? Quando o som de um bar vara a madrugada?

O sol sempre se pôs ali atrás daquelas fachadas que estão no mesmo lugar desde o século XVIII. Da mesma forma que o pessoal só descobriu agora, pode muito bem esquecer de repente. Cuidar dos moradores é garantir que o patrimônio está salvaguardado.

Publisher **Editora KSZ**
Diretor Executivo **Chico Kertész**
Editor-chefe **André Uzêda**
Projeto Gráfico **Marcelo Kertész & Paulo Braga**
Editor de Arte **Paulo Braga**

Diagramação **Dimitri Argolo Cerqueira**
Redação **Adele Robichez, Chayenne Guerreiro, Gabriel Amorim e Maria Clara Andrade**
Revisão **André Uzêda e Redação**

Comercial **(71) 3505-5022**
comercial@jornaldametropole.com.br

Rua Conde Pereira Carneiro, 226Pernambúes CEP 41100-010
Salvador, BA tel.: (71) 3505-5000

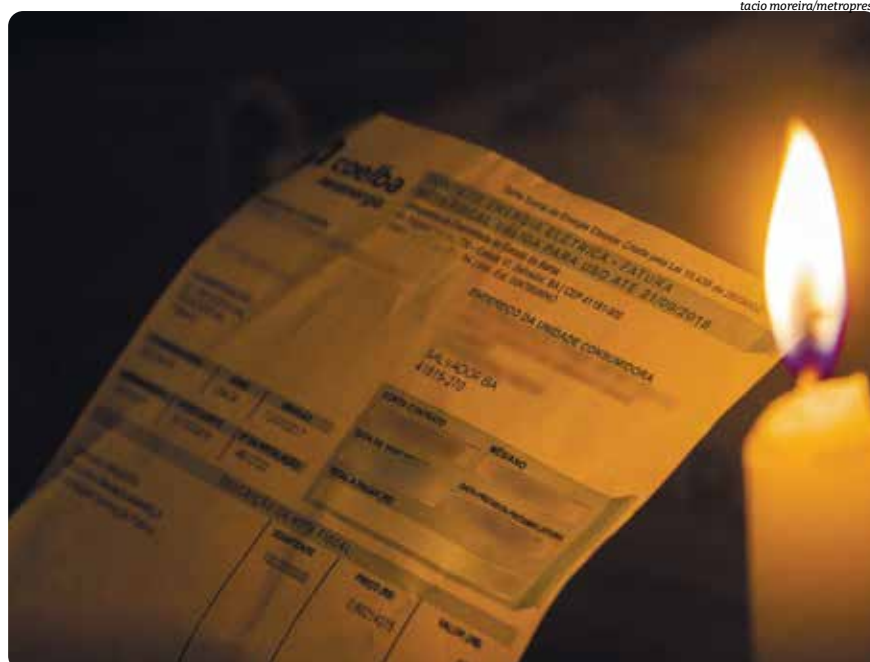


tacio moreira/metropress

Unifacs

Desde que mudou de administração, a Faculdade Salvador (Unifacs), tem provocado dores de cabeças em pais e alunos matriculados na instituição. Segundo uma série de denúncias, as mensalidades têm sofrido

aumentos gradativos. Os pais também reclamam da falta de diálogo com a direção. No Instagram, foi criada uma conta para registrar queixas das mais diversas ordens, chamada de “Enganados pela Unifacs”



tacio moreira/metropress

CPI da Coelba

Mesmo com o número de assinaturas suficientes dos parlamentares, a CPI não deslança. O **Jornal da Metropole** mostrou na última edição que a AL-BA não tem tradição investigativa e que, em toda sua história moderna, apenas quatro CPIs tiveram andamento, ainda assim com resultados ínfimos. Enquanto isso, a Coelba, que lucrou R\$ 10 bilhões, lidera as reclamações no Procon-Bahia

VAMOS CHEGAR A SALVADOR PARA CUIDAR DE VOCÊ. NA BAGAGEM, 41 ANOS DE TRADIÇÃO.

UMAS DAS MAIORES E MAIS COMPLETAS REDES DE SAÚDE DO BRASIL VAI CHEGAR PARA SOMAR.

FALTA POUCO PARA SALVADOR GANHAR EM SAÚDE. COM UMA ESTRUTURA MODERNA E SUSTENTÁVEL, O **HOSPITAL MATER DEI** VAI CHEGAR PARA CUIDAR DE VOCÊ. SÃO DÉCADAS DE EXPERIÊNCIA NA ÁREA DA SAÚDE, CERTIFICAÇÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE E, PRINCIPALMENTE, UM ATENDIMENTO HUMANIZADO. **TUDO PRA VOCÊ FICAR BEM.**



Para saber mais sobre a Rede Mater Dei de Saúde **acesse o QR Code.**

materdei.com.br

MaterDei Hospital Salvador

Texto **Chayenne Guerreiro**

chayenne.guerreiro@radiometropole.com.br

Nova lei enfraquece órgão de controle

Considerada inconstitucional, lei 14.460 enfraquece Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e favorece uso de laranjas em desvio de verbas

A Bahia “legalizou” o uso de laranjas por gestores públicos municipais em votação acelerada as vésperas do recesso parlamentar da Assembleia Legislativa da Bahia, no final de 2021. Pelo menos é o que pensam agentes políticos, juristas e técnicos da Casa, após um projeto de lei ser votado e aprovado pelo parlamento baiano.

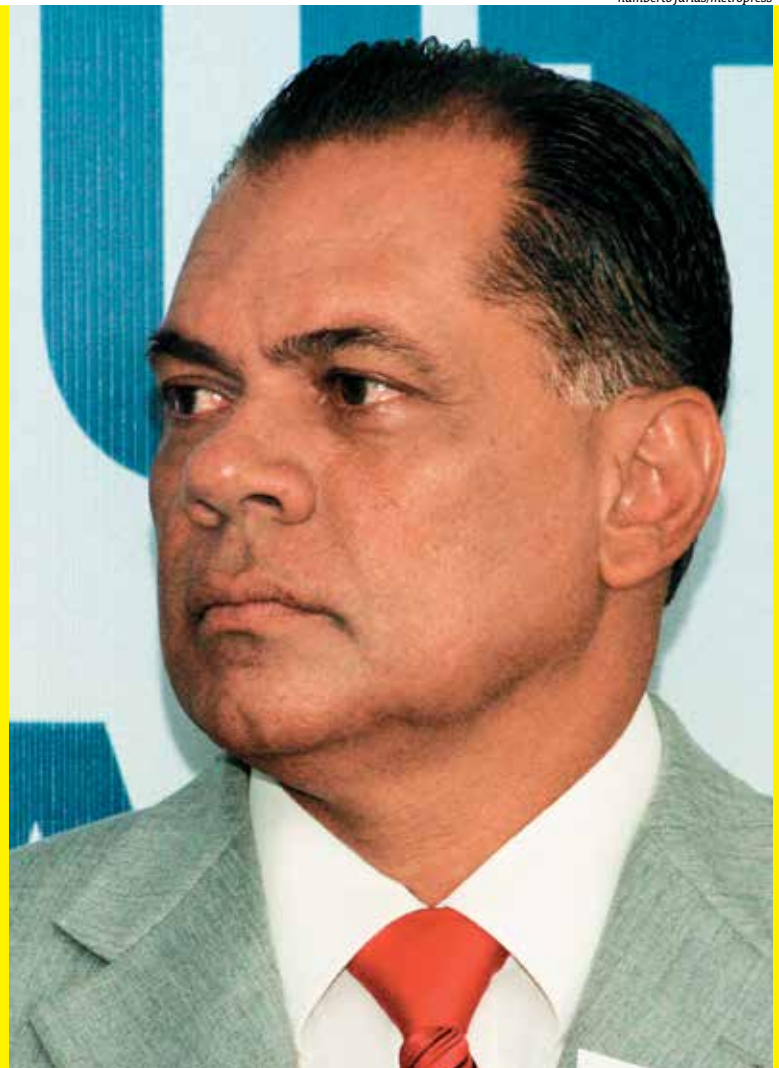
Aprovada em 22 de dezembro, de autoria do deputado Rosemberg Lula Pinto (PT), a lei n. 14.460/2022 proíbe que gestores públicos sejam responsabilizados ou sofram a sanção de multas, aplicadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), quando não ficar comprovado o desvio de recursos em benefício próprio ou de familiares, ou quando não existirem provas de que o gestor agiu com dolo (intenção) no desvio.

No dia 4, após decorrido o prazo para sanção e sem que houvesse manifestação do governador Rui Costa (PT), a Assembleia Legislativa promulgou o texto.

Sem ter sido aplicada em nenhum outro estado da federação, a lei abre brechas para que cada vez mais “laranjas” sejam usados por prefeitos na Bahia para encobrir os chamados “crimes de colarinho branco”.

manuela.cavadas/metropress

humberto.farias/metropress



Há também o entendimento de um forte compadrio entre deputados estaduais e prefeitos, no sentido de enfraquecer a atuação do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). Em ano eleitoral, como é o de 2022, muitos gestores municipais atuam como puxadores de voto (cabos-eleitores) para candidatos ao legislativo. Enfraquecer os instrumentos de fiscalização do TCM favorece os prefeitos e secretários que desejam lesar o erário público.

Em outras palavras, a nova lei torna mais difícil responsabilizá-los por ações de improbidade e desvio de verba.

LEI INCONSTITUCIONAL

O presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas, Ismar Viana, em contato com o *Jornal da Metropole*, ainda pontua que a lei traz inconstitucionalidades e inaugura preceitos inéditos de irresponsabilização em todo o país.

“A Constituição do Estado da Bahia estabelece em seu Art. 91, XIII que cabe ao TCM ‘aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa, irregularidade de contas ou descumprimento de suas decisões, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações,

multa proporcional ao vulto do dano causado ao Erário”, diz.

Ainda segundo Viana, além da inconstitucionalidade, a nova lei compromete a atuação dos Tribunais de Contas e o acionamento dos sistemas de responsabilização por atos de improbidade administrativa e pela prática de crimes contra a Administração Pública.

“Quando você trata da aplicação ou vedação de multas o que acontece, na prática, é o entendimento que cada tribunal vai aplicar uma multa em caso de ilegalidade e despesa. Nisso, existe a multa sanção, que é pós julgamento e a multa reparação, que a nova lei veda. Como a mudança condiciona essa multa a necessidade de comprovação de desvio para o próprio gestor, ele abre espaço para que terceiros sejam beneficiados e isso incentiva o uso de ‘laranjas’, completa Viana.

AÇÃO NA JUSTIÇA

Autor da lei, o deputado petista Rosemberg Pinto defende que o novo texto vai dar segurança ao gestor público.

“Aquele que se dispõe a servir ao povo não pode passar anos de sua vida respondendo por atos dos quais não agiu com dolo e nem se beneficiou de qual-

quer ação em detrimento ao erário”, justifica o parlamentar.

Para o auditor Ismar Viana, no entanto, o entendimento é o contrário. “A gestão de recursos públicos pede uma cautela daquele que vai gerir porque ele não está gerindo o que é dele. E, sim, o que é de todos. Quem tem o poder de gerir os recursos tem o dever de prestar contas”, pontua.

“Não há qualquer tribunal que tenha condicionado a multa à aquele dano a quem tenha sido beneficiado, o que há é uma análise onde se a gravidade da conduta, da própria infração em si. Se o gestor agiu com consciência e vontade de lesar o patrimônio? Será que a culpa foi tão grave a ponto de se considerar um erro grosseiro?”, explica o presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas.

Para mudar a situação, no entanto, é preciso urgência na ação de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça da Bahia. O presidente da AL-BA, Adolfo Viana (PSD), disse que “a Justiça, através do STF, deve dirimir esta questão”, julgando a inconstitucionalidade ou não.

O *Jornal da Metropole* solicitou ao Estado da Bahia um posicionamento nesse sentido, mas não teve resposta até a publicação desta reportagem.

‘Lei da Anistia’ para João Henrique e Bacelar

A nova lei cai como um presente no colo do ex-prefeito João Henrique e do deputado federal João Carlos Bacelar (Podemos), condenados pelo TCM a devolver, conjuntamente, R\$ 47,7 milhões desviados dos cofres públicos após o escândalo da fundação Pierre Bourdieu.

Isso porque, acusados de 22 fraudes, os gestores não respondem, no entanto, a nenhuma acusação de desvio para benefício próprio. “Se essa lei for declarada presumidamente constitucional, para a condenação primeiro tem que ser provado que eles foram beneficiados financeiramente ou algum familiar. Um outro ponto é que o conceito de família hoje é algo bem amplo”, explica Viana.

A auditoria do TCM, publicada com exclusividade pelo *Jornal da Metropole* em 16 de dezembro, revelou que o caso Pierre Bourdieu teve “graves desvios e uso inde-

vido das verbas” na celebração do convênio entre poder público e fundação.

As irregularidades começaram na escolha da própria ONG para o projeto que deveria “modernizar a gestão educacional” da capital baiana, no entanto, em visita à sede, no Largo dos Aflitos, os auditores constaram que não existe nenhum indício de que lá funcionava uma organização educacional.

O TCM apontou ainda a omissão da Secult, na época, sob o comando de Bacelar. Para não haver mau uso do dinheiro público, caberia à secretaria fiscalizar o direcionamento das verbas. Entretanto, nunca houve um parecer financeiro emitido pela pasta. Além disso, mesmo após falhas no primeiro convênio (celebrado no valor de R\$ 17,5 milhões), as verbas continuaram a ser repassadas para a entidade beneficente.

Foram constatadas ainda fraudes em processos licitatórios, uso de verbas de um convênio em objeto de outro, desvio na finalidade de contratação de pessoal e 256 notas fiscais (no valor de mais de R\$ 14 milhões) com irregularidades, terceirização irregular de mão de obra no montante de R\$ 26,8 mil; ausência de comprovação de despesas no montante de R\$ 12,9 mil e uso indevido de “verba indenizatória” para pagamento de pessoal contratado pela ONG.

Com o processo em tramitação há dez anos, apesar de condenados em primeira instância, João Henrique e Bacelar seguem sem tirar um real do bolso. Os dois entraram com recurso. O TCM analisou o processo em novembro, mas o julgamento foi adiado após o recém-nomeado conselheiro Nelson Pellegrino pedir vista. Com o tempo extra e a promulgação da lei, os dois podem até sair ilesos.





Favorito como vice de Wagner

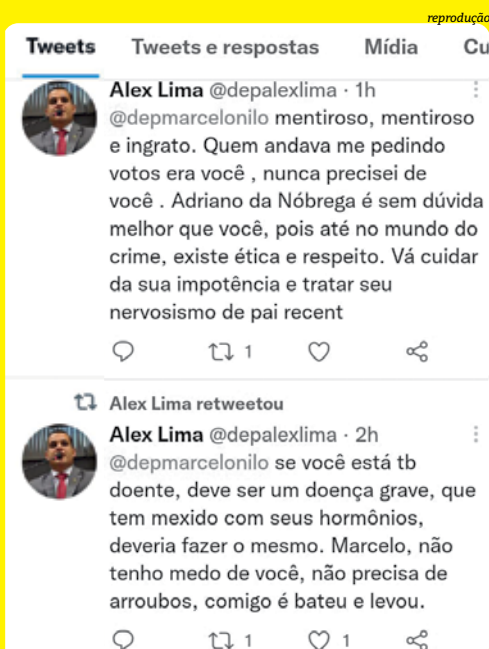
O prefeito de Jequié e presidente da UPB Bahia, Zé Coca (PP), perdeu a disputa pelo posto de vice na chapa de Jaques Wagner (PT) na corrida ao Palácio de Ondina, em outubro deste ano. O nome do gestor era defendido no acordo com o vice-governador João Leão (PP) para que o partido permanecesse na base petista. Leão, no entanto, deu a cartada final com a indicação do deputado Roberto Muniz (PP). Fontes informaram à coluna que a escolha foi firmada em visita de Muniz à governadoria. Embora tudo muito bem amarrado, falta a oficialização.

A escolha da secretária

Diferente do que fez desde que deixou o comando do governo do Estado, em 2014, o ex-governador Jaques Wagner passou, nos últimos seis meses, a participar das decisões administrativas junto com o governador Rui Costa. Os dois se reaproximaram muito desde que Wagner passou a viajar para quase todas as agendas de Rui no interior. A recente escolha de Adélia Pinheiro como nova secretária de Saúde, por exemplo, foi tomada em conjunto. Assessores de Wagner também têm participado ativamente de reuniões afinando a dobradinha entre ele e Rui.

Xingamentos públicos

O deputado Alex Lima subiu o tom após declarações do deputado federal Marcelo Nilo (PSB), que sugerem que Lima não disputou a eleição de 2018, não por estar doente, mas por não ter votos suficientes. Nilo chegou a dizer que Lima “esse negócio de estar doente é mentira, não tem nem voto”. No Twitter, Lima chamou o deputado federal de “mentiroso e ingrato” e ainda o comparou com um miliciano. “Quem andava me pedindo votos era você, nunca precisei de você. Adriano da Nóbrega é sem dúvida melhor que você, pois, até no mundo do crime, existe ética e respeito. Vá cuidar da sua impotência e tratar seu nervosismo de pai recente”, escreveu.



Saída de Duarte e o genro de Nilo

No mesmo dia que o secretário de Administração Penitenciária, Nestor Duarte, anunciou sua saída do governo, após 11 anos, o deputado estadual Marcelinho Veiga (PSB) passou a tarde em reunião a portas fechadas com o governador Rui Costa. Genro de Marcelo Nilo, Marcelinho é a maior preocupação da família já que se tiver que sair da base petista, dificilmente conseguirá se reeleger. À coluna, Nilo garantiu que se dedicará a reeleição do genro e que nenhuma decisão sobre sua ida para a oposição seria tomada sem o aval da família.



Ex-esposa do prefeito não quer vacinar os filhos

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), declarou que dois dos seus quatro filhos não foram vacinados contra a Covid-19. A fala gerou uma série de críticas dos soteropolitanos. A explicação do prefeito é que sua ex-esposa, mãe dos filhos, é contra a aplicação do imunizante em crianças. A ex-esposa de Bruno Reis é a médica oftalmologista Soraya Santos, com mais de 20 anos de atuação profissional. Em seu Instagram, Soraya defende abertamente a hidroxicloroquina — medicamento sem comprovação científica contra a Covid-19, que foi enaltecida pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). Ela também compara o passaporte da vacina com o Apartheid, sistema racista da África do Sul. “Se você aceita entrar e frequentar local que exige esse absurdo, você tá dizendo amém pra algo errado. No apartheid foi assim. Se você é branco e entra em um local onde negro não pode entrar, você está sendo conivente”, diz.



O que faz de um defensor da legalização do nazismo um nazista?

Malu Fontes

Jornalista, doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas, professora da Facom/UFBA e colaboradora da Rádio Metropole

O que caracteriza uma pessoa ou um comportamento como nazista? É filiar-se oficialmente, formalmente, a um partido político ou a um grupo formal assumidamente com uma bandeira social e ideológica nazista? É, pessoalmente, sair por aí afirmando e defendendo a tese de que, no mundo há, sim, grupos biologicamente superiores a outros e estes têm, sim, que ter direitos e privilégios que devem excluir grupos tidos como inferiores? Para que deve servir um partido nazista, senão para reafirmar legal e politicamente a supremacia de um grupo de pessoas e defender a segregação e exclusão de quem não caiba na fronteira daqueles definidos como objetos de defesa e proteção do nazismo e dos nazistas?

Se eu defendo a existência de uma instituição formal e legal (um partido político é isso) assumidamente nazista, embora eu não me filie a ele, e esse partido tem, claro, como objeto a abjeção por negros, judeus, imigrantes, homossexuais e ciganos, eu sou o quê? Uma democrata defensora da liberdade de expressão ou uma defensora do direito dos nazistas de dizerem o que quiserem no espaço público e discriminarem quem bem quiserem, sobrepondo-se a outros seres humanos?

As perguntas podem parecer, a muitos, como tendo respostas óbvias, mas para outros muitos parecem questões nebulosas e complexas de responder. Se eu defendo o direito público de outras pessoas serem racistas ou de serem nazistas, o que dá praticamente na mesma coisa, o que falta em mim para eu mesma me tornar uma delas? O que me torna diferente delas? O fato de

encorajar, só que de longe, sua supremacia e seus conceitos, sem sujar minhas mãos seria algo como 'eu apoio a existência dos partidos nazistas e o nazismo deve existir legalmente, mas não quero participar nem aparecer'? Isso não deixa de parecer a tese do 'não sou contra, nem a favor, muito pelo contrário'. Ou, 'assino o manifesto, mas, por favor, não quero que meu nome apareça no documento'.

Se eu defendo, por exemplo, o legítimo direito de uma loja, um estabelecimento privado, de ser idiota, ser racista e ser nazista, eu não sou, simultaneamente, tão idiota, racista ou nazista quanto? Num raciocínio hipotético: não parece óbvio que se alguém diz que donos de estabelecimentos privados têm o direito de se organizar burocraticamente em torno de uma organização formal, uma associação, um condomínio, uma sociedade civil com a nomenclatura racista no meio, quem apoia isso não está tendo um comportamento racista? Parece difícil negar. E se, só mudando o teor e a motivação, de uma entidade racista para uma entidade nazista, o que nos impede de chamar os defensores de tal organização, mesmo que estes não as integre com sua participação direta, com assinatura e presença, de nazistas? Assim como os racistas da hipótese anterior, estes não seriam nazistas?

UM TCHAUZINHO DETURPADO

Desde que o deputado federal Kim Kataguiri, o podcaster Monark e o comentarista Adrilles Jorge defenderam a existência e a legalização de partidos nazistas e do nazis-

mo em si, como organização coletiva legal, não param de surgir argumentos malabaristas para colocar estacas nas fronteiras que separariam alguém que defende a existência legal do nazismo da condição de nazista. Daí a pergunta, retórica, pragmática, e sem resposta no debate: o que separa um do outro? À esquerda, o que diferencia a condição de racista do comportamento de quem é a favor de atitudes que consideram os negros uma raça inferior? A pergunta sobre a diferença, se diferença houver, entre ser nazista e ser defensor da existência do nazismo não pode ser espelhada nessa pergunta anterior, sobre diferenças entre defensores da legitimidade de ideias de racismo e a condição de racista? Se não pode, por quê?

À direita, é constrangedor o adjetivo diante de um tema tão cruel, mas os argumentos apaziguadores são risíveis e zombam da inteligência da opinião pública que ainda não abdicou de pensar por conta própria. Kim Kataguiri, que disse considerar um erro a Alemanha criminalizar o nazismo, diz agora que se expressou mal e não é bem assim. Monark foi incrivelmente original: disse que disse o que disse porque estava bêbado. Adrilles, o ex-BBB bajulador de Jair Bolsonaro, está emputecido. Diz-se vítima de assédio moral por parte da Jovem Pan, que o demitiu, e jura, aos berros, que a saudação nazista "sieg heil" (viva a vitória) que fez na tela de um programa e de modo explicitamente provocador, era um alegre tchauzinho, deturpado pela sanha sanguinária da cultura do cancelamento. Quem quiser que lute para explicar o que faz de um defensor da legalização do nazismo um nazista



A salinha do racismo

Ilegais, espaços mantidos em supermercados são usados para constranger e torturar negros, já tachados como suspeitos



Texto **Maria Clara Andrade**

maria.andrade@radiometropole.com.br

No dia 30 de novembro de 2021, Vitória Dimas, 22, foi fazer compras com o filho em um supermercado de Salvador. Era para ser um dia tranquilo, daqueles que trazem nostalgia quando a gente cresce. Mas, para um menino negro de 8 anos, ficará sempre lembrado como um episódio de racismo.

O garoto buscava um pacote de macarrão instantâneo, enquanto a mãe estava em um outro corredor do supermercado Atacadão, em Cajazeiras. Sozinho, ele foi questionado por uma segurança se iria pagar pelo produto ou roubá-lo. Incomodado com a situação, foi o próprio menino quem pediu à mãe para deixar o local, que só depois percebeu o que passava com seu filho.

A situação referida acima é apenas um dos tantos casos em que pessoas são intimidadas em supermercados com base em sua cor da pele. Neste caso, a vítima foi uma criança. Em um outro, mais recente, foram três adolescentes, entre 14 a 19 anos, que vivenciaram momentos de terror provocado pelo racismo.

No último dia 19, os jovens saíram de casa com o intuito de arrecadar dinheiro para a realização de um sonho: disputar o Campeonato Brasileiro de Jiu-Jitsu, em São Paulo. Para isso, foram ao Bompreço do Salvador Shopping, pedir por doações. Lá, foram abordados por seguranças do estabelecimento acusando-os de furto, colocados em uma sala e interrogados por cerca de 15 minutos. Sem algo que os incriminasse, foram liberados.

“Eles foram levados para uma sala e aí começou o problema do racismo”, conta Yuri Carlton, presidente do projeto que os meninos integram, o Boa Luta. Carlton descreve a situação e diz que os seguranças chamaram os jovens de “pretos”, “favelados”, além de sugerirem que eles deveriam fazer uso de armas por serem negros. “Houve ameaças. Pisaram no pé de um dos meninos e puxaram a camisa também”, complementa.

A “salinha” é um recurso recorrente em situações do tipo, segundo explica o professor de estratégia e gestão pública do Insper-SP, Sandro Cabral.

Historicamente, estabelecimentos comerciais de grande porte tendem a buscar formas de minimizar furtos e a intimidação acaba sendo uma das estratégias usa-

das. “Sempre tinha uma salinha ali onde eles levavam as pessoas”, diz o professor.

Mas o que intriga, afinal, é a persistência de ações desse tipo. Para Cabral, elas continuam acontecendo por não haver punição a quem as pratica. Muitas vezes, os seguranças contratados também são policiais e, por isso, possuem ligação direta com a instância da segurança pública.

“Na medida em que a segurança privada se torna algo extremamente lucrativo, começa a ter uma relação promíscua com as forças policiais”, diz.

“O sujeito não tem nenhuma restrição do que ele está fazendo. Ele pode colocar na salinha e não ser constrangido. Ele pode perseguir o menino na sinaleira e não vai ser constrangido”, pontua Cabral, se referindo à situação vivida pelos jovens do Projeto Boa Luta.

Dias depois de serem acuados no supermercado, os mesmos seguranças vol-

taram a ameaçar os garotos. Dessa vez, a situação ocorreu fora do estabelecimento comercial.

“Dia 28, eles [os seguranças] foram atrás dos meninos na sinaleira do Imbuí, onde eles vendiam água para custear a viagem. Um deles apareceu, acenou para um dos meninos e sumiu. No sábado, voltaram e tentaram botar um dos meninos dentro do carro”, conta Yuri Carlton. Os meninos só não foram levados dali porque um dos professores do projeto interviu.

A mãe de um dos jovens conta que os seguranças foram atrás dos meninos, após eles terem prestado queixa na delegacia. Por isso, a mãe considera que houve ali uma tentativa de intimidação aos adolescentes. Desempregada, ela vende rifas para sustentar o menino de 15 anos, que sempre a ajudava quando podia. Mas agora, com medo, o adolescente não quer nem sair de casa. A venda de águas e a arrecadação de dinheiro para o campeonato também parou.

O Projeto Boa Luta trabalha com cerca de 280 crianças e adolescentes. Destes, 25 estão na esperança de conseguir arrecadar o dinheiro necessário para disputar o campeonato de jiu-jitsu. Mas para os meninos vítimas de racismo, o medo se tornou um companheiro tão presente que supera a vontade de sonhar.

Há pouco menos de 10 meses, um caso brutal chocou moradores de Salvador. Dois homens foram encontrados mortos com sinais de tortura em um porta-malas de um carro no bairro de Brotas. Eles eram tio e sobrinho. Bruno Barros da Silva, 29, e Yan Barros da Silva, 29, morreram após tentarem furtar pacotes de carne no Atacadão Atakarejo, em Amaralina, em abril de 2021.

Imagens dos dois circularam nas redes sociais. Um áudio de Yan para uma prima, pedindo dinheiro para pagar o valor das carnes também foi divulgado. “Se ligue, rodei no Nordeste [de Amaralina]. Aqui, vê se desenrola R\$ 700 para pagar as carnes que peguei aqui”, diz.

Essa foi a última vez em que Elaine Costa Silva ouviu a voz do filho. Depois disso, só veio saber o que tinha acontecido quando seu corpo foi encontrado. A investigação indica que há envolvimento de traficantes com o caso. Vinte e três pessoas foram indiciadas pelo Ministério Público — dentre

elas, funcionários do Atakarejo e suspeitos de terem envolvimento com o tráfico de drogas no Nordeste de Amaralina.

O Atakarejo ofereceu a Elaine uma indenização de R\$ 50 mil, mas ela não aceitou. “Eles tiram a vida do meu filho e me oferecem isso”, diz.

POSTURA CORRETA

A postura que deve ser adotada por seguranças e vigilantes privados é totalmente oposta do que tem sido visto com tanta frequência em estabelecimentos. Em caso de suspeita de furto, o segurança deve conter o sujeito e chamar a polícia, explica Sandro Cabral, professor em gestão pública.

O Sindicato dos Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância da Bahia (Sindvigilantes) dá o mesmo parecer. José Boaventura, presidente do Sindvigilantes, tem 61 anos e há 40 trabalha na função. A orientação dele é a mesma: chamar a polícia caso haja qualquer anormalidade. “Não cabe ao vigilante fazer cárcere privado, tampouco agredir o rapaz”, diz.

Boaventura reconhece que dentro das empresas por vezes há orientações que vão de encontro às convicções da classe. Por exemplo, é pedido a eles ter uma atenção maior se uma pessoa com determinadas características, vestida de tal forma, entra no estabelecimento. “A própria formação policial ou de vigilância às vezes traz para a discussão conceitos arcaicos, preconceituosos”, considera. Mas é algo que ele e o sindicato buscam combater.

Com relação aos casos de racismo, Boaventura cita, de imediato, a morte dos jovens no Atakarejo. Segundo ele, aqueles seguranças que participaram da ação, e também em outros casos, nem são realmente vigilantes. “São pessoas que são policiais e são empregados por fora, fazendo aquilo sem ter controle de ninguém, nem mesmo da Polícia Federal”, diz ele, que explica que para ser um vigilante é preciso ter registro junto a PF, após um curso de formação.

O Sindvigilantes conseguiu inserir uma matéria abordando o tema de diversidade e direitos humanos no curso. Para Boaventura, não há dúvidas de que o racismo estrutural influencia a abordagem. O que tem que ser feito é combatê-lo.

HISTÓRICO

19/01/2022 - Três adolescentes, entre 14 a 19 anos, foram levados para uma salinha do Bompreço, no Salvador Shopping. Lá, foram constrangidos por seguranças e forçados a admitir que estavam roubando no estabelecimento

foto do leitor/divulgação



30/11/2021 - Menino negro, de 8 anos, foi abordado por uma segurança no Atacadão de Cajazeiras. Ela questionou se ele ia roubar um pacote de macarrão instantâneo

26/04/2021 - Yan e Bruno Barros, tio e sobrinho, foram abordados por segurança do Atakarejo, levados à uma salinha e depois entregues a traficantes do bairro do Nordeste



A vida do refugiado na Bahia

Sem amparo do poder público, exilados passam a viver em áreas dominadas pelo tráfico e sem acesso a empregos formais; venezuelanos são maioria no país

Texto Adele Robichez

adele.robichez@radiometropole.com.br

O assassinato brutal do congolês Moïse Mugenyi Kabagambe, morto a pauladas no Rio de Janeiro, jogou luz sobre como são tratados os refugiados no Brasil. Apesar do país receber muita imigração do tipo, não há políticas públicas estruturadas de acolhimento.

“É o famoso ‘seja bem vindo, mas se vire aí’”, afirma Rafaela Ludolf, coordenadora do Centro de Serviços ao Migrante (CSM), projeto de extensão da Unifacs, em Salvador. “Na Bahia, em modo geral, não há políticas públicas estaduais para este grupo e poucos municípios têm atuado para fazer alguma coisa”, completa.

É o que confirmam as venezuelanas Nativeth Dino, de 39 anos, e Harlet Orellan, de 41. Para fugir da crise econômica no país, elas desembarcaram no Brasil, em 2018, em Roraima. Em janeiro de 2020, pouco antes da pandemia, chegaram em Salvador, com a ajuda de uma igreja.

“Fomos morar em um lugar precário, na Ilha de Maré, um quilombo. Ficamos desempregadas e lá não tinha possibilidade de crescer. Algumas pessoas com-

partilharam um quarto, mas não era viável”, conta Nativeth. Depois de passar por muitos perrengues, elas finalmente conseguiram se mudar para um apartamento, em Cajazeiras II.

Sem oportunidades de emprego, resolveram empreender juntas e criaram um negócio informal, chamado de “as meninas venezuelanas”, oferecendo o serviço de pintura de parede.

“Por muito tempo não deu certo porque a pintura é por indicação e a gente não conhecia ninguém. Chegamos aqui de paraquedas. Não conseguimos emprego, foi muito difícil. Pegávamos um serviço e ficávamos paradas dois meses”, revela a venezuelana, formada em pedagogia. “Mas hoje já nos conhecem e nos recomendam”, diz, vislumbrando o sucesso.

Conforme dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, entre 2011 e 2020, 265.729 imigrantes solicitaram refúgio no país, sendo 28.899 no último ano.

Neste período foram reconhecidas 94,3% do total de pessoas refugiadas. Estes números, porém, são pífios em relação à realidade, revela a professora de Relações Internacionais, Rafaela Ludolf. Isso ocorre

porque nacionais de países integrantes ou associados ao Mercosul podem solicitar o visto de residência no Brasil, mas vêm nas mesmas condições de refugiados.

No país, ainda de acordo com o levantamento do Conare, a maioria dos refugiados vêm da Venezuela, nação que faz fronteira ao norte com o Brasil, representando 96,6% do total. Em seguida, estão os sírios, sendo 1,9%.

POR CONTA PRÓPRIA

O sírio Anas Alsmman, de 34 anos, encontrou refúgio em Salvador em 2016. Auxiliado pelo projeto da Unifacs, ele conseguiu, depois de muita dificuldade, realizar o sonho de abrir o seu próprio negócio. Hoje, ele tem registro de residência no Brasil e conseguiu trazer parte da sua família por Autorização de Reunião Familiar, com exceção do seu pai.

“Eu saí de lá porque eu estava procurando trabalho. A história é longa, mas eu estava na África antes de vir. Eu estava procurando um lugar para morar e abrir o meu negócio de cosméticos e maquiagem. Em 2016, o Brasil era o maior fabricante e vendedor.



foto do leitor/divulgação

foto do leitor/divulgação



Nadiveth Dino e Harlet Orellan são refugiadas venezuelanas que vivem em Cajazeiras II. O sírio Anas Alsmman tem dificuldade para abrir uma empresa em Salvador

Depois que cheguei aqui, comecei o processo com Rafaela [coordenadora do CSM] para ficar no Brasil”, explica Anas.

Na condição de refugiado, ele conta que encontrou muito mais dificuldades para conseguir abrir a sua empresa. “Como eu estava ainda com o processo de refúgio, não liberaram o meu CNPJ, aí paguei tudo de novo: taxa da prefeitura, da Receita Federal... Recusaram de novo. Hoje tenho RNE [Registro Nacional de Estrangeiros] e já consegui o CNPJ. Também foi muito complicado abrir uma conta bancária, cada agência me dava uma informação diferente”, relembra.

Para Mariângela Nascimento, coordenadora do Núcleo de Apoio aos Migrantes e Refugiados (Namir), projeto de extensão da Ufba, a falta de amparo do poder público relega os refugiados à própria sorte.

“Geralmente, eles vivem em situação precária e extremamente vulneráveis aqui. Muitos estão chegando através da interiorização que o governo federal está fazendo, mas eles são mandados para as cidades do interior dos estados e, de forma precária, conseguem um emprego. Depois de três meses, ficam desempregados”, afirma.

Ranking

Países que mais mandam refugiados para o Brasil

Países	Total
VENEZUELA	153.050
HAITI	38.686
CUBA	11.550
CHINA	5.437
ANGOLA	5.247
BANGLADESH	5.768
NIGÉRIA	3.347
SENEGAL	8.969
COLÔMBIA	1.857
SÍRIA	4.992
OUTROS PAÍSES	26.826
Total:	265.729

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado.

Direitos dos refugiados

OS REFUGIADOS devem usufruir, pelo menos, dos mesmos direitos e da mesma assistência básica que qualquer outro estrangeiro residindo legalmente no país, incluindo liberdade de expressão e de movimento, e proteção contra tortura e tratamento degradante.

DE IGUAL MODO, os direitos econômicos e sociais que se aplicam aos refugiados são os mesmos que se aplicam a outros indivíduos. Pessoas refugiadas devem ter acesso à assistência médica. Pessoas refugiadas adultas devem ter direito a trabalhar. Nenhuma criança refugiada deve ser privada de escolaridade

Em Salvador, os refugiados estão bem dispersos nos bairros, por isso, ainda não há um levantamento de quantos vivem atualmente na cidade.

Em Lauro de Freitas, um mapeamento indica a presença de cerca de 500 venezuelanos. A maior parte em localidades como Areia Branca e Jambeiro, zona rural do município, e com histórico de violência e brigas de facções criminosas.

Em vista disso, iniciativas da sociedade civil são a única fonte de apoio aos imigrantes. Estes grupos ajudam com cursos de português, na emissão de documentos e, principalmente, como um centro de referência. “A pessoa abandonou basicamente a sua vida, a sua formação, trabalho, tudo que fazia, e se despiu completamente para vir aqui sem conhecer ninguém, sem bases, informações, muitas vezes não fala o idioma. A gente se torna esse espaço de referência”, explica Rafaela Ludolf, coordenadora do projeto.

Outro projeto, o Namir-Ufba, reconhecido como o maior de extensão universitária da Bahia, tem como objetivo principal cobrar ao poder público ações de acolhimento. Organizado em quatro comissões (direitos humanos, educação, trabalho e saúde), o núcleo elaborou e apresentou aos governos federal e estadual, além de prefeituras, um programa de políticas públicas municipais para a migração na Bahia. Ele prevê, entre outras coisas, capacitações para secretarias de áreas sociais saberem lidar com refugiados e migrantes.

“O poder público desconhece essa realidade”, crava Mariângela, que coordena o Namir-Ufba. “Nosso papel é justamente de promover essa interação do poder público para que assumam a responsabilidade. A lei exige isso”, indica.

A Lei de Imigração, 13.445/2017, prevê direitos aos migrantes no território brasileiro, além da inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade. Segundo Mariângela as ações das autoridades são urgentes para evitar que tragédias como a de Moïse se repitam.

“Daqui a pouco vai acontecer na Bahia o que aconteceu no Rio. Não é o primeiro, nem o segundo assassinato de refugiados no Brasil. A vida é precária e não há amparo”, lamenta.

BAHIA



METROPOLE



Virou carma

Moradores do Santo Antônio Além do Carmo reclamam de som alto, cheiro de urina e festas que avançam pela madrugada nas ruas do bairro; cenas de aglomeração têm sido constantes no período da pandemia

Bairro com casarões e sobrados históricos tem atraído jovens e turistas; o som alto e as aglomerações incomodam moradores, sobretudo durante a pandemia

Texto Gabriel Amorim

gabriel.amorim@radiometropole.com.br

Ter algumas das festas mais disputadas da cidade na porta de casa, à primeira vista, pode parecer um privilégio, mas, na verdade, tem transformado em pesadelo a vida dos moradores do Santo Antônio Além do Carmo, no Centro Histórico de Salvador.

Moradora do bairro há 21 anos, a artista plástica Márcia Abreu viu mudar muita coisa nos últimos meses. Da porta de casa, na Cruz do Pascoal, as aglomerações são apenas um dos problemas.

“As pessoas não entendem que o Santo Antônio é uma via e que você fica preso. Às vezes você fica presa dentro de casa e, às 2h da manhã, tem gente fazendo xixi na nossa porta. Fora o barulho e a gritaria”, reclama.

Sobre as festas que tomaram conta das ruas do bairro, Márcia tem uma opinião bastante definida. “Às vezes são bons shows, de artistas bons, já tive privilégio de ter boa música na porta da minha casa, mas o problema é que tudo se

transforma em festa de largo. O conceito de um evento pequeno não existe em Salvador”, diz.

Em meio à pandemia, as aglomerações causam não só transtornos, mas geram também perigo com a possibilidade de aumentar a infecção do coronavírus.

Ao todo, a capital baiana já registrou 271.663 infecções pelo coronavírus. Destas, 6.001 encontram-se ativas no momento. Desde o começo da pandemia, 8.290 pessoas tiveram óbito confirmado pela doença em Salvador. A taxa de ocupação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) adulto está em 64% e o de UTI pediátrica em 77%.

Questionada pela reportagem, a prefeitura de Salvador afirmou estar atenta ao movimento intenso no bairro, apostando em fiscalizações constantes e implantação de ações especiais, como distribuição de máscaras e testes rápidos.

MAIS FISCALIZAÇÃO

Presidente da Associação do Centro Histórico Empreendedor (Ache)

e morador do Carmo há 3 anos, José Iglesias acredita que é preciso intensificar o controle e ser mais rigoroso na fiscalização.

“O poder público precisa intervir, precisa controlar. Agora qualquer um coloca mesas na calçada e abre um bar. Parece uma cidade sem lei, onde cada um faz o que quer. Os moradores precisam ser respeitados. Não dá mais para acordar 2h da madrugada com gente gritando e pulando na porta de casa. O cheiro de cigarro, da cerveja, invade nossas casas”, diz.

Pelos números da própria prefeitura, as reclamações de som alto e outras situações inconvenientes têm crescido muito. Segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur), no ano de 2021, foram 195 vistorias no bairro para atender reclamações dos moradores.

Outubro do ano passado, justamente no período que a pandemia desacelerou



foto do leitor/divulgação



foto do leitor/divulgação



foto do leitor/divulgação



foto do leitor/divulgação

CIDADE



METROPOLE

(antes da chegada da ômicron), foi o mês com o maior número de reclamações: 32 registros. Em janeiro de 2022, já são 28 denúncias e, neste começo de fevereiro, já são 12. Longe de avistar o controle desejado, muitos moradores têm compartilhado o desejo de contratar um caminhão de mudança.

“Moro aqui desde a infância e não pensei nunca que iria sair. Mas agora, com as coisas como estão, já é algo que passa pela minha cabeça. Não fiz nada

ainda por conta do apego mesmo, mas já sei de pelo menos duas vizinhas que já tão chamando corretor”, diz a aposentada Ana Maria Santos, de 57 anos.

Mudança, inclusive, é algo que os moradores do bairro experimentam desde muito antes do início da pandemia.

“Tem sido algo paulatino, de uns anos para cá. Teve um movimento de crescimento e alguns períodos de redução. Mas nunca tinha chegado nesse nível, nessa loucura que tem sido os últimos

tempos. De ter vizinho que não consegue acessar a própria casa por conta da quantidade de carro estacionado. Por conta do tanto de gente na rua”, explica Márcia, dando exemplo com uma situação presenciada por ela.

“Um dia desses um homem que passeava com o cachorro foi vaiado por quem estava no bar. Os bares avançaram para o meio da rua e quem tá no bar acaba se sentindo dono do espaço. E são os moradores que perdem tudo”, completa.

Responsável Técnico:
Dra. Silvânia Rocha
CROBA - 14011



CURSOS DE REFERÊNCIA

para você!

INSCRIÇÕES ABERTAS

srcursos.com.br
71 9 9684 - 9438



SR
CURSOS

Curso
VIP



ENTREVISTA

João Doria

GOVERNADOR DE SÃO PAULO (PSDB)



wilson dias ege ncia brasil

Pré-candidato à Presidência da República pelo PSDB e governador de São Paulo, João Doria usou a palavra “facínora” para classificar o presidente Jair Bolsonaro (PSDB) e “extremismo” para se referir ao ex-presidente Lula (PT).

“Temos que derrotar esses dois modelos de política. Um negacionista, que é Jair Bolsonaro, que foi contra a vacina, e outro que defende o extremismo, que é Lula”, disse o tucano, em entrevista exclusiva a Mário Kertész, na **Rádio Metropole**.

Doria disse que, na sua visão, a eleição de 2022 será guiada por questões práticas da vida cotidiana. “O debate de 2022 será do emprego e de combate à miséria. Das pessoas mais simples às mais sofisticadas, ninguém vai querer fazer um teste. Olhe o que deu o teste. Foi esse desastre que foi Jair Bolsonaro”, disse.

Questionado por Kertész sobre a provável chapa Lula-Alckmin, o governador de São Paulo se disse decepcionado com a ida do seu padrinho político (atualmente ambos estão rompidos) para a chapa petista.

“É triste ver um ex-governador do PSDB, com 33 anos de história dentro do partido e que sempre combateu o populismo, as corrupções, as mentiras, agora fazendo parte dessa união. Sem querer ser desrespeitoso, eu combaterei os dois. Com verdade, vou combater os dois. Vou lembrar ao povo brasileiro a roubalheira, os desvios que foram feitos na Petrobras. Se as pessoas esqueceram, estarei aqui para lembrar”, disse.

APOIO A NETO

Durante a entrevista, Doria também chegou a declarar o apoio a ACM Neto (DEM) para o governo da Bahia. Os dois tiveram rugas recentes e troca de farpas. O ex-prefeito de Salvador chegou a apoiar publicamente o nome de Eduardo Leite nas prévias tucanas, vencidas por Doria.

“Ele tem meu apoio. E espero que ele se eleja governador do estado. da Bahia Isso não é nada contra o Rui Costa. Mas confio no talento de ACM Neto, como já demonstrou quando foi prefeito de Salvador e também na escolha da sucessão com Bruno Reis, que também tem feito uma boa gestão na cidade”, disse.



reprodução

Meu primeiro compromisso é contra Bolsonaro. Nunca apoiei esse ser humano. Jamais vou apoiar

ENTREVISTA

Tabata Amaral

DEPUTADA FEDERAL (PSB)

Em entrevista a Mário Kertész, na **Rádio Metropole**, a deputada federal Tabata Amaral (PSB) disse que seu compromisso eleitoral para 2022 é “derrotar Jair Bolsonaro”. A parlamentar prevê um cenário de disputas violentas, que podem prejudicar o debate político no país.

“Meu primeiro compromisso é contra Bolsonaro. Nunca apoiei esse ser humano. Jamais vou apoiar. Tenho certeza que não preciso explicar o porquê. Uma pessoa que é responsável por centenas de milhares de mortes. Essa pessoa é responsável por um esquema de compra de apoio no Congresso, que é muitas vezes superior ao que foi o Mensalão”, disse. Questionada sobre em qual palanque poderia subir, Tabata disse não acreditar em uma terceira via, tampouco em um “salvador da pátria”.

“Eu passei o último ano tentando buscar quem seria essa pessoa que levasse a gente pra frente. Se o nome da terceira via não surgiu até agora, ele não vai surgir até o fim do ano. No segundo turno, subo no palanque de quem for contra Bolsonaro. Mas no primeiro turno eu busco um projeto maior do que um nome, do que um partido. O PT pode até ganhar, mas não vai derrotar o bolsonarismo. A preocupação não pode ser ganhar a qualquer custo, precisamos governar”, acredita a parlamentar.

A deputada explicou que, em razão do seu posicionamento político, recebe muitas críticas de militantes de esquerda — espectro político que acredita fazer parte. “Na hora que eu faço uma crítica à corrupção, me taxam de direita. Quando eu faço uma crítica aos supersalários sou taxada de liberal”, aponta.

REPRESENTATIVIDADE

Tabata também falou sobre uma das bandeiras das quais defende: a maior representatividade de mulheres na política. E disse que este foi um dos motivos que a fez ingressar na carreira política.

“Uma criança negra, que a vida inteira nunca é atendida por um médico negro, não vai se enxergar na medicina. É a mesma coisa na política. Mulheres e negros não se veem representados. Quero deixar claro que não tenho nada contra o homem branco, mas precisamos de diversidade na política sim”, pontuou.

ENTREVISTAS



METROPOLE



Jamilton Menezes
EMPREENDEDOR DO RAMO VAREJISTA
E CLIENTE DO CREDSAVADOR

Microcrédito rápido, fácil e com juros baixos? Tá na mão.

credSsalvador

A Prefeitura lançou o CredSalvador, microcrédito rápido, fácil e com juros baixos para você fazer crescer o seu negócio. Isso é bom para a sua empresa ou comércio e ótimo para a cidade, que ganha com mais empregos e mais renda. O CredSalvador é mais uma ação da Prefeitura para a nossa cidade dar a **Volta por Cima**.

VALOR DO CRÉDITO: DE R\$500 A R\$15 MIL	PROGRAMA INCLUI CAPACITAÇÃO DOS BENEFICIADOS	CARÊNCIA DE 3 E 6 MESES E JUROS DE 0,5% AO MÊS	PRAZO DE PAGAMENTO: DE 06 A 24 MESES
---	--	---	---

Mais informações: cred salvador.nexoos.com.br



PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL